

SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL REVISÃO CRIMINAL Nº 0800221-57.2024.8.10.0000
Requerente: Diemerson dos Santos Carvalho Advogado: Douglas William Santos
Ferreira OAB/MA nº 13680-A Origem: Juízo de Direito da Comarca de
Cururupu/MA. Incidência Penal: Arts. 33, caput, e 35, ambos Lei nº
11.343/2006 e Art. 2º, § 2, da Lei nº 12.850/2013 Procuradora de Justiça:
Drª. Selene Coelho de Lacerda Relator: Desembargador Samuel Batista de
Souza Revisor: Desembargador José Nilo Ribeiro Filho EMENTA PENAL.
PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO.
TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
(ARTS. 33, CAPUT, E 35, AMBOS LEI Nº 11.343/2006 E ART. 2º, § 2, DA LEI Nº
12.850/2013). REVISÃO CRIMINAL. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. UTILIZAÇÃO
DE DADOS INIDÔNEOS. CONSTATADO. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. NATUREZA E
QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. DADOS IDÔNEOS. REVISÃO CRIMINAL
CONHECIDA E JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. I. A revisão criminal é um
meio de impugnação de decisões judiciais já acobertadas pelo pálio da
coisa julgada material, e, exatamente diante de tal circunstância,
restringe-se às hipóteses taxativamente arroladas pelo legislador,
previstas no art. 621, I, II e III, do Código de Processo Penal, de modo a
preservar a segurança jurídica. II. Transitada em julgado a Sentença Penal
condenatória para a defesa, o exame de novas provas somente pode ocorrer
em sede de revisão criminal, se forem produzidas mediante ação cautelar de
justificação, sob pena de afronta à garantia constitucional do
contraditório. III. A Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal é
categórica ao asseverar que "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal
disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto
legal de interpretação controvertida nos tribunais". IV. A revisão
criminal não se presta a modificar o apenamento imposto ao revisionando
pela sentença condenatória transitada em julgado, quando fixado com
justeza, reservada aos excepcionais casos de comprovado erro ou da
inobservância de regra do processo dosimétrico, em flagrante prejuízo a
parte interessada. V. O intenso envolvimento do agravante com o tráfico
constitui fundamento apto a demonstrar a elevada reprovabilidade da
conduta, máxime em razão da maior ofensa à paz social, permitindo a
valoração negativa da culpabilidade para aumentar a pena-base. VI. De
acordo com o art. 42 da Lei 11.343/2006, na graduação da pena-base, a
natureza e a quantidade da droga apreendida constituem circunstâncias
preponderantes, motivo pelo qual não configura ilegalidade seu
arbitramento acima do mínimo legal a partir de tais fatores. VII. No
tocante à conduta social, o fato de o paciente ser integrante de uma
organização criminosa, denota sua periculosidade, destemor às instituições
constituídas, e também demonstra sua propensão para violar as regras
sociais, sendo o caso, portanto, de manter a negativação dessa
circunstância judicial. - Agravo regimental não provido. VIII. Outrossim a
grande quantidade de droga envolvida, foi utilizada para majorar a pena-
base, com esteio no art. 42 da citada lei de drogas. IX. Revisão Criminal
CONHECIDA e julgada parcialmente PROCEDENTE. ACÓRDÃO Vistos, relatados e
discutidos os autos da Revisão Criminal nº 0800221-57.2024.8.10.0000, em
que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da
Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão,
"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, A SEÇÃO DE DIREITO
CRIMINAL CONHECEU E JULGOU PROCEDENTE PARCIALMENTE A PRESENTE REVISÃO
CRIMINAL, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR." Participaram do
julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Samuel Batista De
Souza (Relator), José Nilo Ribeiro Filho (Revisor), Sebastião Joaquim Lima

Bonfim, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, Vicente De Paula Gomes De Castro, Antônio Fernando Bayma Araújo, José Joaquim Figueiredo Dos Anjos E O Juiz De Direito Substituto Em 2º Grau Dr. Raimundo Nonato Neris Ferreira. Funcionou pela Procuradoria-Geral de Justiça a Dr. Joaquim Henrique De Carvalho Lobato. São Luís (MA), data do sistema. Desembargador Samuel Batista de Souza Relator (RevCrim 0800221-57.2024.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) SAMUEL BATISTA DE SOUZA, SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL, DJe 24/05/2024)